

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 121/XIII/ 3.ª SL

Aos 06 dias do mês de junho de 2018, pelas 10:15 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
2. *Apreciação e votação da ata n.º 119, de 30 de maio de 2018;*
3. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 1658/XIII (3.ª), PSD, que «Consagra o dia 4 de setembro como «Dia Nacional do Psicólogo»;*
4. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 1671/XIII (3.ª), BE, sobre «Mais cuidados de saúde para a população de Nossa Senhora de Fátima, concelho de Aveiro»;*
5. *Outros assuntos.*

11:00 Audição da Presidente do Conselho Diretivo do INFARMED, a requerimento do PSD, «com vista a obter um melhor esclarecimento sobre as alegações que têm sido publicamente veiculadas nos órgãos de comunicação social a propósito do cumprimento do seu dever de colaboração»;

12:00 Audiência do CNPMA, «na sequência do Acórdão n.º 225/2018 do Tribunal Constitucional de 24 de Abril, para exposição das preocupações deste Conselho quanto aos efeitos da declaração de inconstitucionalidade de algumas normas da lei da PMA, bem como para exposição das dificuldades e desafios imediatos com que estão a ser confrontados os Centros de Procriação Medicamente Assistida em Portugal».

1. Informações

O Presidente informou que o texto de substituição da Canábis, votado na última reunião, com exceção dos números 3 e 4 do seu artigo 6.º (Dispensa em farmácia), foi distribuído a todos, procedendo-se agora à votação em falta, em conformidade com o «Relatório de discussão e votação», que pode ser consultado [*aquí*](#).

2. Apreciação e votação da ata n.º 119, de 30 de maio de 2018

O Presidente colocou à votação a ata n.º 119, de 30 de maio de 2018, que foi aprovada por unanimidade, com a ausência do PEV.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 121/XIII/ 3.ª SL

3. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1658/XIII (3.ª), PSD, que «Consagra o dia 4 de setembro como «Dia Nacional do Psicólogo»

O Deputado Luís Vales apresentou o Projeto de Resolução n.º 1658/XIII (3.ª), que recomenda à AR «*Consagrar o dia 4 de setembro como Dia Nacional do Psicólogo*». Disse que em Portugal existem cerca de 20 mil psicólogos, prevendo-se que ascendam a 30 mil, em 2030. O papel dos psicólogos é variado e o âmbito da sua intervenção «*abrange as Câmaras Municipais e as juntas de freguesia, os hospitais e os centros de saúde, as escolas e os estabelecimentos prisionais, assim como a instituições sociais e comunitárias, empresas e outras organizações, tendo como destinatários quaisquer elementos da comunidade e ou as políticas definidas*», contribuindo para o bem-estar dos portugueses. Entende que haver um dia do psicólogo reforçaria o conhecimento da psicologia e o papel dos psicólogos nas diferentes áreas de atuação da sociedade, junto de vários grupos populacionais e clarificaria o papel dos profissionais no contexto da prestação de cuidados de saúde, contribuindo para um maior acesso aos serviços de psicologia.

O Deputado António Sales admitiu que a psicologia está cada vez mais presente na sociedade, havendo reconhecimento público do papel dos psicólogos, os quais têm vindo a conquistar um espaço próprio, tendo uma intervenção positiva na sociedade portuguesa. O PJR pretende que o dia 4 de setembro reconheça o profissionalismo dos psicólogos e o seu papel em situações de crise, lembrando a que ocorreu no verão passado por ocasião dos incêndios, onde a sua atuação foi muito importante, podendo ser um pilar na reconstrução da sociedade. Lembrou no entanto que o reconhecimento desse dia pode levantar questões relativamente a outras profissões.

O Deputado Moisés Ferreira reconheceu o trabalho dos psicólogos nas várias áreas de intervenção e o papel importante que têm tido, recordando que Portugal recentemente atravessou uma crise, em que, especialmente na situação de desemprego, houve impacto na saúde mental das pessoas e o acompanhamento efetuado pelo psicólogos foi importante para as ajudar a enfrentar esse impacto. Entende que deviam ser integrados no SNS e em áreas como a do trabalho e a melhor forma de os homenagear seria valorizar a sua participação no dia-a-dia no SNS. Lembrou que há muitas outras profissões, pela sua importância, mereceriam ter um dia nacional.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 121/XIII/ 3.ª SL

A Deputada Isabel Galriça Neto disse que o CDS-PP releva a importância desta profissão e cumprimentou os colegas psicólogos da Comissão de Saúde e lembrou que o CDS-PP se envolveu ativamente na criação da Ordem dos Psicólogos. Admitiu não defender a proliferação de dias nacionais, no entanto, pela sua relevância, e até por não haver contratação de profissionais para o SNS, considera que faz sentido a criação do Dia, acompanhando o PJR.

A Deputada Carla Cruz salientou que é inegável o contributo da psicologia em diversas áreas da saúde, e não pode ser escamoteado que escasseiam psicólogos nos serviços públicos, que seriam essenciais, nomeadamente na segurança social, educação e saúde. Deve ocorrer um reforço de psicólogos no SNS tanto na prevenção como no tratamento e na reabilitação e na reinserção, relevando que, apesar da sua importância, os que existem têm vínculos precários. Percebendo a iniciativa, julga que há outros profissionais, igualmente importantes, que não têm um dia consagrado. Referiu que não é pelo facto dos psicólogos terem um dia, que serão dignificados e reconhecidos, isso deve ser feito todos os dias, até pela administração pública.

A informação relativa à discussão do PJR 1658/XIII (3.ª) será remetida ao Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

4. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1671/XIII (3.ª), BE, sobre «Mais cuidados de saúde para a população de Nossa Senhora de Fátima, concelho de Aveiro»

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o Projeto de Resolução n.º 1671/XIII (3.ª) que pretende o «*reforço do atendimento médico na extensão de saúde de Nossa Senhora de Fátima da Unidade de cuidados personalizados de Aveiro II, aumentando o n.º de dias e de horas semanais com a presença do médico e que garanta cuidados de enfermagem durante os dias úteis nessa extensão*». Referiu que a extensão só funciona um dia por semana, durante três horas, apesar das instalações estarem equipadas com os gabinetes médico, de enfermagem e de saúde materna e infantil. É manifestamente pouco tempo, tendo em conta que a freguesia tem uma população envelhecida, com uma «*carga de doença significativa*» e sem transportes públicos. Disse que a população se manifestou recentemente exigindo mais cuidados de saúde de proximidade, que no entender do BE são essenciais, pelo que devem estar



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 121/XIII/ 3.ª SL

disponíveis à população, não só na parte do tratamento mas também na prevenção e na vigilância e no acompanhamento dos utentes.

O Deputado António Topa informou que o PSD acompanha as recomendações do PJR. Considera que a situação é complicada, porque há uma extensão de saúde que não responde às reivindicações das populações, que são justas, até porque a freguesia não dispõe de transportes públicos.

O Deputado António Sales reconhece que há especificidades nalgumas unidades de saúde, mas não está em questão o princípio do acesso a cuidados de proximidade à população. Referiu que reforçar a prestação de cuidados de saúde naquela extensão obrigaria a diminuir a disponibilidade de cuidados noutros locais. Referiu ainda que há um conjunto de utentes dessa freguesia que estão a ser seguidos numa USF.

A Deputada Isabel Galriça Neto frisou que o CDS-PP mantém o que sempre disse, que os cuidados de saúde primários (CSP) devem ser de proximidade, conjugados com a eficiência dos recursos. Este é mais um caso daquilo que está a acontecer em todo o país, está parada a reforma dos cuidados de saúde primários, não se contratando os recursos humanos devidos para prestar os cuidados necessários à população.

A Deputada Diana Ferreira referiu que, no geral, acompanha as reivindicações das populações que pretendem cuidados de saúde de proximidade no SNS, para não terem de recorrer ao privado. Acompanha igualmente o presente PJR, que visa garantir os meios humanos necessários para responder à população, que é constituída maioritariamente por pessoas idosas e sem transportes públicos. O investimento na saúde, nesta extensão, deve ser reforçado, à semelhança do que deve ser feito em todas as unidades em Portugal.

O Deputado Moisés Ferreira concluiu dizendo que os CSP devem fazer, acima de tudo, um acompanhamento de proximidade, que não são suficientes três horas, num dia por semana, devendo a prestação de cuidados alargar-se a mais dias por semana e haver cuidados de enfermagem durante a semana. Se não existirem profissionais suficientes, então que se contratem, tanto para esta unidade de saúde como para outras, no país. Recordou que a freguesia em causa tem cerca de 2 mil habitantes e a

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 121/XIII/ 3.ª SL

extensão de saúde não está a aceitar inscrições, obrigando os utentes a irem para outros locais.

A informação relativa à discussão do PJR 1671/XIII (3.ª) será remetida ao Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

5. Outros assuntos

O Presidente informou que a quarta reunião regimental do Ministro da Saúde está agendada para o dia 20 de junho, às 9:00 horas. Recordou que estão pendentes vários pedidos de audição do Ministro e dos Secretários de Estado, devendo encontrar-se uma data para a sua realização. Não havendo possibilidade de fazer essa audição antes da regimental, foi acordado que tivesse lugar posteriormente. O PSD e o BE frisaram que o Ministro nunca tem disponibilidade para responder às questões em tempo útil, tendo o Presidente recordado que o Ministro havia manifestado disponibilidade para reunir no dia 6 de junho, hoje mesmo, tendo o PSD referido, na reunião da semana passada, que essa data não era conveniente. O Presidente ficou mandatado para agendar uma data para essas audições.

11:00 Audição da Presidente do Conselho Diretivo do INFARMED, a requerimento do PSD, «com vista a obter um melhor esclarecimento sobre as alegações que têm sido publicamente veiculadas nos órgãos de comunicação social a propósito do cumprimento do seu dever de colaboração»

O Deputado Luís Vales apresentou o requerimento que pretende ouvir o Conselho Diretivo do INFARMED. Declarou que o Ministro da Saúde, quando questionado sobre a deslocalização do INFARMED para o Porto, não conseguiu encontrar uma resposta plausível. Entretanto, surgiram notícias na comunicação social de que o INFARMED teria colocado dificuldades ao grupo de trabalho, entretanto criado para fazer um estudo, no acesso à informação solicitada. Perguntou quais eram essas dificuldades, quantas vezes reuniu com o GT e com o Ministro depois do GT ser criado e se tem havido êxodo de técnicos.

O Deputado António Sales, depois de apresentar a cronologia dos acontecimentos, fez diversas perguntas ao INFARMED relacionadas com a dificuldade do grupo de



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 121/XIII/ 3.ª SL

trabalho proceder a inquéritos aos trabalhadores de modo a proteger dados confidenciais, sobre o tipo de relação institucional com o GT, sobre se existem condições para elaborar um estudo que permita retirar conclusões, se a metodologia para a recolha de dados para a avaliação externa é correta e de que forma se poderá transformar esta crise numa oportunidade.

O Deputado Moisés Ferreira considera que passados seis meses do anúncio da deslocalização do INFARMED não estão visíveis essas razões. Perguntou se já há alguma justificação para a mudança, quais as consequências da incerteza para a saída dos trabalhadores, se o GT coloca obstáculos ao trabalho do INFARMED, se os inquéritos do GT aos trabalhadores permitiam aceder a dados da sua vida privada e se a confidencialidade estava garantida. A deslocalização do Instituto é uma má proposta, devendo o Ministro deixar a sua obstinação.

A Deputada Isabel Garriça Neto considerou que o anúncio da mudança não acautela o interesse nacional, enfatizando que não foram apresentados fundamentos consistentes para tal. O CDS-PP reuniu com a comissão de trabalhadores e regista a sua postura positiva no processo. Pretende que seja clarificado se houve alguma perturbação quanto ao dever de colaboração com a entidade externa, se estão acautelados os compromissos no processo do BREXIT, se está concretizada a saída de profissionais do INFARMED e se é possível que um processo mal iniciado e mal conduzido não prejudique o que de bom existe na Instituição.

A Deputada Carla Cruz disse que é conhecida a posição do PCP em relação à comunicação do Ministro sobre a ida do INFARMED para o Porto, deliberação que não se compagina com decisões intempestivas contra a Instituição ou contra os trabalhadores. Pediram esclarecimentos ao Ministro sobre o assunto e propuseram a inclusão dos trabalhadores no GT, o que não foi aceite, não tendo sido uma boa decisão. Colocou questões sobre quantas vezes reuniram com o GT, ou com parte dele, se há alguma entidade externa a fazer um concurso, se os inquéritos seriam violadores do sigilo e do anonimato e qual é a avaliação dos impactos reais destes seis meses no INFARMED e nos trabalhadores.

Maria do Céu Machado, Presidente do Conselho Diretivo do INFARMED, veio acompanhada por Sofia Oliveira Martins, Vogal do Conselho Diretivo, e Cláudia Ferreira, Diretora dos Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais. Começou por distribuir uma folha de *excel* com o registo dos 59 pedidos de informação da entidade

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 121/XIII/ 3.ª SL

externa, os quais foram todos respondidos no prazo máximo de uma semana, o que representou um esforço acrescido para os trabalhadores, ainda mais quando se vai decidir o seu futuro. Não confirma notícias de que o trabalho normal do Instituto tenha sido prejudicado com a entrada da entidade externa, e a Porto Business School, em parceria com o Instituto Superior Técnico, estão a avaliar a possibilidade de deslocalizar o Instituto. A certa altura pediram processos específicos, que exigiam o dever da confidencialidade, que inicialmente se recusaram a assinar invocando que o tinham feito com os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS), mas quando foram esclarecidos de que o compromisso de confidencialidade teria de ser com o Instituto, assinaram. Respondeu às questões colocadas, designadamente que desde o anúncio da possível saída do INFARMED para o Porto não notou qualquer diferença nas reuniões com o Ministro e que os trabalhadores são muito profissionais e têm cumprido, tendo até aprovado um número *record* de medicamentos inovadores relativamente a anos anteriores. A saída de profissionais não se tem concretizado, mas há apreensão sobre o resultado das conclusões do estudo que está a ser elaborado pela entidade externa. Esclareceu que o CD do Instituto, por ocasião da comemoração dos seus 25 anos, apresentou um projeto que previa deslocalizar áreas para outros pontos do país, como a de fármaco-vigilância e de inspeção.

Falando em regionalização/descentralização deu nota de um Despacho do Gabinete do Ministro da Saúde, de 28 de maio de 2018, que cria um grupo de trabalho, coordenado pelo Presidente do INSA, para estudar alguma área de parceria no Algarve, designadamente em Loulé e onde o INFARMED também estaria representado, bem como a Universidade, Hospital e Autarquia, para além de outros.

Na 2.ª ronda pediram esclarecimentos adicionais os Deputados Luís Vales, António Sales, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, que foram prestados pela Presidente do Conselho Diretivo do INAFARMED.

O Presidente agradeceu a forma transparente e a frontalidade com que a Professora Maria do Céu Machado respondeu às questões, pedindo que transmitisse aos seus colaboradores a mais-valia que representam para o país, ressaltando que podem contar com a Comissão de Saúde para fazer o caminho em conjunto.

12:00 Audiência do CNPMA, «na sequência do Acórdão n.º 225/2018 do Tribunal Constitucional de 24 de Abril, para exposição das preocupações deste Conselho



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 121/XIII/ 3.ª SL

quanto aos efeitos da declaração de inconstitucionalidade de algumas normas da lei da PMA, bem como para exposição das dificuldades e desafios imediatos com que estão a ser confrontados os Centros de Procriação Medicamente Assistida em Portugal.»

O Presidente informou que a Deputada Isabel Moreira estava a representar a Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias, a quem o Conselho Nacional da PMA também tinha solicitado uma audiência sobre a matéria objeto da discussão.

A Presidente do CNPMA, Carla Rodrigues, que veio acompanhada por dois dos membros do Conselho, Calhaz Jorge e Carlos Plancha, agradeceu a celeridade com que foi agendada a reunião, o que representa o respeito institucional que sempre tem existido. O pedido de audiência prende-se com a situação do Conselho Nacional da Procriação Medicamente Assistida (CNPMA) depois do Acórdão n.º 225/2018 do tribunal Constitucional, de 24 de Abril, que declarou inconstitucionais algumas normas da PMA e dos desafios com que se confrontam os Centros de PMA em Portugal. Querem respeitar as decisões do TC, mas agora há indefinição dos procedimentos, que só pode ser ultrapassada por via legislativa. Referiu que já nasceram crianças utilizando técnicas de PMA, com a garantia de que os dadores seriam anónimos (acórdão do TC de 2009) e o atual acórdão alterou o anterior. Aconselharam os centros de PMA a contactarem os dadores e obterem o seu consentimento. Considerou que seria trágico para Portugal, que tem carência de gâmetas, ter de eliminar esses gâmetas e esses embriões. O CNPMA pensa que o legislador deve, designadamente, acautelar e proteger os dados dos dadores que o fizeram a coberto do anonimato, deve definir um período transitório para utilizar os crio preservados e visitar a lei da gestação de substituição, acautelando as preocupações do TC, chamando a atenção para que há casos onde não há qualquer possibilidade de uma mulher ser mãe. O CNPMA está disponível para colaborar numa intervenção legislativa, por forma a dar uma resposta célere ao problema em causa.

A Deputada Fátima Ramos agradeceu os alertas e a clareza da exposição. Num país onde a natalidade é baixa, são importantes as técnicas da PMA, referindo que o PSD vai ponderar os alertas elencados pelo Conselho. Pretende saber qual é o ponto da situação dos centros de PMA, em termos de tempos de espera e de recursos humanos, e de que modo o legislador pode resolver o problema e acautelar os interesses da criança, que estão em primeiro lugar.

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 121/XIII/ 3.ª SL

A Deputada Isabel Moreira agradeceu toda a informação e as preocupações manifestadas, sublinhando que o superior interesse da criança deve estar sempre salvaguardado. No que toca ao anonimato dos dadores, tendo em conta o acórdão do TC é preciso haver uma intervenção legislativa, afirmando que por parte do PS ela existe, agradecendo desde já a disponibilidade do CNPMA para colaborar. Saliou que o anonimato dos dadores nunca foi preocupação do TC antes de ser publicada a lei da maternidade de substituição.

O Deputado Moisés Ferreira começou por considerar cínico que se proponham medidas para a natalidade e se acabe com a gestação de substituição. Disse que o BE está disponível para apresentar propostas que vão de encontro ao proposto pelo TC, considerando que a questão do anonimato dos dadores é mais complicada. Do material doado, parte já foi utilizado, mas é preciso decidir como proceder futuramente. O BE pretende apresentar propostas de alteração e agradece a disponibilidade do CNPMA para colaborar. Perguntou se existem dados sobre quantos tratamentos estão suspensos, quantos embriões estariam aptos a ser implantados e se foram contactados doadores que não levantaram ao anonimato.

A Deputada Isabel Garriça Neto agradeceu as informações, tendo tomado boa nota do que disseram. Não pode deixar de estranhar que se venha cair em julgamentos morais sobre a posição do CDS-PP, que é legítima. Respeita as decisões dos órgãos de soberania e respeita as posições dos outros partidos.

A Deputada Carla Cruz agradeceu as informações destacando que há separação entre as duas matérias. É conhecida a posição do PCP sobre a gestação de substituição, mas são sensíveis aos impactos que o fim do anonimato está a ter na PMA e nos beneficiários dessas técnicas. Mostrou disponibilidade, estando a estudar o assunto e o PCP deverá apresentar uma iniciativa a fim de ultrapassar o problema.

Calhaz Jorge declarou que nesta área há défice de recursos, quer humanos quer de equipamentos e de dinheiro, não estando a diminuir as listas de espera, alertando para o facto da capacidade de resposta pública estar esgotada. Cerca de três por cento das crianças nascidas em 2016 foram o resultado do acesso a técnicas de PMA. Não se sabe qual é o número de dadores que levantaram o anonimato. O problema põe-se para os milhares de embriões que existem e que destino lhes dar.

Carlos Plancha transmitiu as suas preocupações com este novo enquadramento. Na reunião que tiveram com os centros de PMA foi discutido o destino a dar aos embriões



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 121/XIII/ 3.ª SL

que não podem ser utilizados, esclarecendo que há o fator tempo, a idade do elemento feminino pelo que o processo deve ser célere.

Carla Rodrigues agradeceu as questões colocadas, realçando que direitos adiados, são direitos negados. Julga que nunca foi vedado às crianças o acesso à identidade genética, o que o TC vem referir é que têm direito à identidade civil. Só há PMA por causa das crianças, mas estas não existem se as mães e os dadores não estiverem envolvidos no processo. Agradeceu os contributos dos GP's, de qualquer forma o CNPMA poderá enviar sugestões de forma a ultrapassar o impasse.

O Presidente agradeceu os esclarecimentos e a disponibilidade em ajudar a corrigir a situação.

A reunião foi encerrada às 14:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo os vídeos gravação da audição e audiência ser acedidos aqui e aqui.

Palácio de São Bento, 06 junho 2018.

O PRESIDENTE

(JOSE DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 121/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Sales
Carla Cruz
Catarina Marcelino
Cristóvão Simão Ribeiro
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
João Marques
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Vales
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Ana Oliveira
Ana Rita Bessa
António Topa
Isabel Alves Moreira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
José Luís Ferreira
Luís Soares
Teresa Caeiro

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o Senhor Deputado:

Ricardo Baptista Leite

